



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000140434

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000098-27.2007.8.26.0523, da Comarca de Santa Branca, em que é apelante RELACOM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA (MASSA FALIDA), são apelados SALVADOR MARGARIDO ALVES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ANTÔNIO SÉRGIO DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ANA CLÁUDIA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), CLAUDOMIRO ALVES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ELIANA APARECIDA DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ELENICE DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), ELISABETH DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e ODAIR JOSÉ DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JÚLIO VIDAL (Presidente sem voto), MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO E GILSON DELGADO MIRANDA.

São Paulo, 18 de março de 2013.

Cesar Lacerda
relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº: 19.759

APELAÇÃO COM REVISÃO: 0000098-27.2007.8.26.0523

COMARCA: SANTA BRANCA

APELANTE: RELACOM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. (MASSA FALIDA)

APELADOS: SALVADOR MARGARIDO ALVES DOS SANTOS E OUTROS

JUIZ: VANESSA CHRISTIE ENANDE

AES

Acidente de trânsito. Ação de reparação de danos materiais e morais. Parcial procedência.

O recurso interposto por quem não é mais advogado no feito reputa-se inexistente.

Gratuidade processual. Assistência judiciária. Benefício que, embora em princípio só seja admissível à pessoa natural que possa ficar privada do próprio sustento ou da família, não beneficiando as pessoas jurídicas, pode ser deferido ao recorrente em virtude das peculiaridades do caso concreto.

É transmissível a indenização por danos morais aos herdeiros do falecido litisconsorte ativo. Falecendo a parte que se diz titular do direito violado, é perfeitamente admissível a sua substituição processual por seus sucessores, porque a essa altura o direito à indenização já passou a integrar o seu patrimônio.

Dano moral. Valor arbitrado em harmonia com critérios de balizamento usuais.

Sucumbência mantida a cargo da ré, tendo em vista que o autor decaiu da menor parte do pedido.

Recurso não provido.

Ré em ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito apela da respeitável sentença de fls. 343/350, cujo relatório se adota, que julgou a demanda parcialmente procedente. Pugna, inicialmente, pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista o decreto de autofalência ocorrido cerca de um mês antes de o feito ser sentenciado. No mérito, insurge-se contra a condenação ao pagamento de danos morais, que não poderia ter sido estendida aos irmãos da vítima, por se

tratar de direito personalíssimo. Impugna, ainda, o montante fixado, requerendo a sua redução. Por fim, pretende a repartição do ônus da sucumbência.

Recurso regularmente processado, com resposta, na qual os autores suscitam preliminares prejudiciais ao conhecimento dos recursos. Inicialmente, insurgem-se contra a interposição de dois recursos contra a mesma sentença. Invocando as renúncias apresentadas nos autos, pugnam pelo não conhecimento do primeiro apelo e, conseqüentemente, pelo seu desentranhamento porque foi assinado por quem não é mais advogado no feito. Com relação ao segundo, interposto pela massa falida, apontam a ausência de comprovação da falência, com cópias da sentença e de certidão de objeto e pé, da nomeação do administrador da massa falida e da inscrição atualizada na Jucesp, onde deveria constar que está “falida”. Ante a ausência de comprovação da falência e da impossibilidade financeira, pugnam pelo indeferimento da justiça gratuita pretendida. No mérito, pretendem a manutenção do julgado.

É o relatório.

De fato, a fls. 279/280 foi juntada aos autos a revogação dos poderes concedidos aos advogados da ré, no qual a cliente manifestou seu desinteresse na manutenção dos patronos nomeados no feito.

A manifestação de vontade da outorgante produz efeitos desde então, razão pela qual assiste razão aos apelados quando sustentam que o primeiro recurso interposto, assinado por quem não é mais advogado nos autos, não pode ser conhecido, devendo ser tido por inexistente, desnecessária a providência de

desentranhamento.

A inexistência do primeiro recurso, juntado a fls. 351/357, afasta a preclusão recursal e a aplicação do princípio da unirrecorribilidade, segundo o qual é defeso à parte interpor dois recursos contra a mesma decisão, ainda que o faça dentro do prazo recursal.

Com relação ao segundo recurso, interposto a fls. 359/378 no prazo recursal, considera-se que os documentos juntados a fls. 355/357, 365/366 e 367/368 são suficientes para demonstrar a condição de falida da ré e a regularidade da sua representação processual, razão pela qual o pleito de não conhecimento do segundo recurso, por estas razões, não prospera, o que impõe a análise do pleito da gratuidade processual.

Embora em princípio o benefício pretendido só seja admissível à pessoa natural que possa ficar privada do próprio sustento ou da família, não beneficiando as pessoas jurídicas, pode ser deferido à recorrente em virtude das peculiaridades do caso concreto.

Durante o curso do processo, mais precisamente cerca de um mês antes de o feito ser sentenciado, a ré teve sua autofalência decretada, o que constitui demonstração suficiente de sua incapacidade financeira para arcar com as custas e despesas processuais, o que não pode ser obstáculo para seu acesso à justiça, sob pena de ofensa a princípios constitucionais.

Assim, concedida a gratuidade processual à recorrente e observados os demais requisitos de admissibilidade do recurso de fls. 359/378, seu mérito deve ser

enfrentado.

A alegação de não transmissibilidade da indenização por danos morais aos herdeiros da falecida litisconsorte ativa por se tratar de direito personalíssimo não prospera.

Penso que, ajuizada a ação por danos morais, falecendo a parte que se diz titular do direito violado, é perfeitamente admissível a sua substituição processual por seus sucessores, porque o pedido de indenização por dano moral estampado na inicial tem expressão patrimonial sobre a vida dos herdeiros.

Consoante nota de rodapé de Theotônio Negrão ao art. 43 de seu Código de Processo Civil, **“Se a vítima de danos morais morre no curso da ação, dá-se a sua substituição processual pelo seu espólio ou pelos seus sucessores. Assim: “Se a indenização se faz mediante pagamento em dinheiro, aquele que suportou os danos tinha direito de recebê-la e isso constituiu crédito que integrava seu patrimônio, transmitindo-se a seus sucessores. Possibilidade de os herdeiros prosseguirem com a ação já intentada por aquele que sofreu os danos” (RSTJ 130/299: 3ªT.). No mesmo sentido: RSTJ 172/451: 4ª T.; STJ-1ª T., REsp 1.028.187, Min. José Delgado, j. 6.5.08, DJU 4.6.08; RJ 336/118; JTJ 301/203, 315/160 (AP 312.711-5/3-00)”** (Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 42ª ed., Saraiva, 2010, pg. 169).

O Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou no seguinte sentido:

“é irrecusável que o herdeiro sucede no direito de ação que o morto, quando ainda vivo, tinha

contra o autor do dano. Se o sofrimento é algo entranhadamente pessoal, o direito de ação de indenização do dano moral é de natureza patrimonial e, como tal, transmite-se aos sucessores” (REsp 324886 / PR; Rel. Ministro JOSÉ DELGADO; J. 21/06/2001).

Assim, a indenização devida à falecida litisconsorte transmite-se aos seus herdeiros, que serão contemplados a final.

Com relação ao *quantum* fixado a título de dano moral, tem-se que a indenização deve ser suficientemente expressiva para compensar os autores pela dor, tristeza e sofrimento experimentados, presumivelmente de elevada intensidade, em razão do falecimento do filho dos autores, sem, contudo, chegar ao ponto de consubstanciar enriquecimento sem causa.

É consabida a dificuldade de que se reveste a quantificação da indenização por danos morais, que deve ser arbitrada em conformidade com os critérios de balizamento usualmente utilizados, consistentes na gravidade do dano, a sua extensão, a posição social e econômica das partes, o grau de culpabilidade do ofensor, as finalidades reparatória e punitiva da indenização, devendo ser suficiente para coibir novos abusos do ofensor, sem que, todavia, permita o enriquecimento sem causa dos ofendidos.

No caso vertente, tem-se que o valor arbitrado em R\$124.400,00, sendo 50% para o pai da vítima e os outros 50% para os herdeiros da mãe falecida, divididos em igual proporção, encontra-se em harmonia com os critérios supramencionados, sendo suficiente para compensar os lesados e punir a causadora do dano.

No que concerne às verbas da

sucumbência, tem-se que o autor decaiu de parte mínima do pedido, tendo em vista que a condenação em valor menor do que o pretendido a título de danos morais não importa em sucumbência recíproca, devendo ser considerada apenas a sucumbência parcial em relação ao dano material.

Assim, deve ser mantida a condenação da ré no pagamento da integralidade das verbas sucumbenciais, como fixado na sentença.

As razões recursais não se mostram aptas a infirmar as conclusões da respeitável sentença recorrida, que conferiu adequada solução à lide e é mantida.

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso.

CESAR LACERDA
Relator